

PROCESSOS DE CONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA COM O LUGAR:

A EXPERIÊNCIA DE RESIDENTES DOS MUNICÍPIOS DE CABO DE SANTO
AGOSTINHO E IPOJUCA, PERNAMBUCO, BRASIL

THE PROCESSES OF CONSTRUCTING A PLACE-BASED IDENTITY:

THE EXPERIENCE OF RESIDENTS IN THE MUNICIPALITIES OF CABO DE SANTO AGOSTINHO AND IPOJUCA,
PERNAMBUCO, BRAZIL

HELENILDA WANDERLEI DE VASCONCELOS CAVALCANTI ^{A, E, F}

Fundação Joaquim Nabuco, Diretoria de Pesquisas Sociais, Recife, PE, Brasil

BRENO BITTENCOURT SANTOS ^{A, B, C}

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Serra Talhada, Curso de Serviço Social, Serra Talhada, PE, Brasil

R E S U M O : Identidade e lugar são conceitos subjetivos relacionados com os sentimentos intrínsecos a cada indivíduo, cujos significados se vinculam às múltiplas interações entre pessoas e espaços. Partindo do questionamento a respeito de quais fatores e de sua influência no processo de configuração identitária dos indivíduos com os lugares em que vivem, buscamos analisar o processo de construção identitária com o lugar de residentes dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, Pernambuco. Para isso, utilizamos métodos de natureza quantitativa, especialmente algumas análises descritivas e a construção de um índice estatístico para investigar processos de configuração identitária associados ao sentimento de pertencimento aos municípios de residência. Como resultados, verificamos que fatores como grupo etário, condição de migração e tempo de residência no município apresentam influência no sentimento de pertencimento dos indivíduos aos lugares em que vivem.

P A L A V R A S - C H A V E : identidade; lugar; pertencimento; dinâmicas socioespaciais; migração.

A B S T R A C T : *Identity and place are subjective concepts related to the intrinsic feelings of each individual, the meanings of which are derived from the multiple interactions between people and their dwelling places. By examining which factors are involved and to what extent they may influence the process through which individuals construct an identity with the places in which they live, we have sought to analyze the process involved in constructing a place-based identity, with residents in the municipalities of Cabo de Santo Agostinho and Ipojuca. For this, we have used quantitative methods, especially descriptive data analyzes, and produced a statistical index so as to investigate the processes involved in constructing a place-based identity associated to a sense of belonging to the municipalities in which they live. Through our results, we have verified that factors such as age, migration status and the time spent living in the municipality have influenced the manner in which individuals construct a sense of belonging to the place they live.*

K E Y W O R D S : *identity; place; belonging; socio-spatial dynamics; migration.*

Contribuição de cada autor/a: A. fundamentação teórico-conceitual e problematização; B. pesquisa de dados e análise estatística; C. elaboração de figuras e tabelas; D. fotos; E. elaboração e redação do texto; F. seleção das referências bibliográficas.

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n3p475>

INTRODUÇÃO

Identidade e lugar são conceitos que se relacionam com os sentimentos intrínsecos a cada indivíduo em específico, cujos significados resultam das múltiplas interações das pessoas nos locais onde vivem. Neste artigo, propomos investigar os processos de configuração identitária com certos lugares, questionando quais fatores e a influência deles no sentimento de pertencimento dos indivíduos aos lugares em que vivem. A pesquisa, de natureza quantitativa, foi realizada em 2014 nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, onde está situado o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).

O CIPS é um complexo formado por um porto marítimo e um parque industrial e logístico que, em especial a partir de 2007, tem atraído empresas de variados portes para Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, municípios de estrutura predominantemente agrocanavieira localizados no sul da Região Metropolitana do Recife, Pernambuco, Nordeste do Brasil. Entre 2007 e 2012, em razão do processo de expansão do CIPS, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca registraram um acelerado crescimento econômico, uma forte expansão de contratações no mercado de trabalho e um aumento dos rendimentos dos trabalhadores, tendo, por tais motivos, atraído grandes contingentes populacionais. Após esse período de franca expansão, os dois municípios passaram a registrar um movimento oposto, caracterizado por forte desaceleração econômica, demissões em massa, aumento da pobreza e movimentos migratórios de saída (CAVALCANTI; SOUZA; OLIVEIRA, 2015).

Esse panorama de mudanças socioeconômicas tem provocado alterações significativas nos movimentos migratórios, os quais são compostos, principalmente, por imigrantes que chegam e estabelecem-se na região em função de oportunidades de inserção no mercado de trabalho local, por emigrantes que já não encontram condições de permanecer no mercado de trabalho local e por contingentes populacionais crescentes, que, mesmo permanecendo fora do mercado de trabalho, continuam na região em busca de oportunidades (CAVALCANTI; SOUZA; OLIVEIRA, 2015). É necessário ressaltar que esse complexo conjunto de mudanças socioeconômicas e demográficas pode impactar, por sua vez, os processos de configurações identitárias dos indivíduos com os lugares em que vivem. Na medida em que elas estimulam a coexistência de diferentes grupos de habitantes, com características absolutamente distintas entre si, os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca tornam-se *locus* privilegiados para análises a respeito das relações existentes entre características socioeconômicas, tipos de migrantes e configurações identitárias com o lugar.

Partindo da perspectiva teórico-metodológica de que os valores e significados que os indivíduos constroem sobre os lugares em que vivem são também influenciados por mudanças e processos de ordem econômica, demográfica, psicossocial e cultural (WEIL, 1979; HOLZER, 1999; TUAN, 2013), buscamos analisar as possíveis relações existentes entre esses fatores e os processos de configuração identitária com o lugar nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca¹.

O artigo é composto de uma discussão teórico-conceitual sobre identidade e lugar, de uma exposição da metodologia utilizada na pesquisa e, finalmente, da apresentação e discussão dos principais resultados alcançados. Como conclusão analítica, o estudo aponta que a migração e o tempo de residência do migrante no território onde vive constituem fatores primordiais no processo de construção identitária com o lugar.

¹ Este artigo é resultado de parte das reflexões construídas no relatório da pesquisa "Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades" (CAVALCANTI; SOUZA; OLIVEIRA, 2015).

CONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS E RELAÇÕES COM O LUGAR

Identidade e lugar são conceitos entrelaçados e indissociáveis. Ambos são constituídos por complexos processos intersubjetivos, a partir dos quais os indivíduos atribuem significados, valores e sentidos a si próprios, aos outros e aos lugares onde vivenciam suas experiências mais íntimas.

Não há consenso quanto ao significado de identidade. De partida, concordamos com o foco antropológico que se fundamenta numa perspectiva de análise relacional para explicá-la: a identidade é compreendida como uma construção social formada por sujeitos dispostos um em relação ao outro, salientando, assim, os elementos da alteridade, isto é, as qualidades individuais que se constituem por meio de relações de contrastes, distinções ou diferenças (TODOROV, 1983; 1993). Nesse mesmo caminho, a psicologia social traz evidências de que a construção da identidade possui um caráter relacional e social, sendo gestada no indivíduo. A identidade pode ser construída por elementos que estão em oposição, como o caráter contingencial das semelhanças e as diferenças das situações dos indivíduos/grupos (CAVALCANTI, 1999). A perspectiva relacional também tem sido abordada por Deschamps e Moliner (2004), que ressaltam os aspectos sociológicos e psicológicos da identidade, ambos marcados pelos sentimentos de semelhança e diferença que os indivíduos têm um em relação ao outro. Isso confere à identidade um caráter subjetivo e dinâmico, resultante, vale repetir, da dupla constatação de semelhanças e diferenças dos sujeitos entre si e com os outros.

A identidade pode ser também construída a partir das oposições presentes nas situações sociais cotidianas dos indivíduos que atuam nos processos que intervêm na elaboração de conhecimentos e crenças sobre si mesmos e sobre os outros, bem como sobre os grupos de pertencimento e de não pertencimento. A articulação dessas dimensões aparentemente opostas e contraditórias é necessária na superação da dicotomia individual/social que faz parte da problemática da identidade.

Um aspecto importante a ser destacado nos estudos de identidade é que esta é apresentada como algo que se move em consonância com os novos significados que vão sendo acrescidos à vida cotidiana e que tornam a existência dos indivíduos qualitativamente diferente. Essa diferença pode não ser notada quando os acontecimentos se dão de forma lenta e descontínua, porque é pelo acúmulo dos movimentos realizados ao longo do tempo que os aspectos da identidade se tornam percebidos como mudança. É, portanto, um processo da atividade humana sempre em construção, pois a realidade do vivido de cada um produz as condições de possibilidade de sua própria vida. O concreto é, nesse sentido, história e ação dialética, que, em meio a ganhos e perdas, levam o indivíduo a um futuro marcado por determinados aspectos gestados no social e nele mesmo (CAVALCANTI, 1999).

Assim como a noção de identidade, o conceito de lugar também não apresenta significado universal. Ressaltamos aqui a perspectiva que Holzer (1999) classifica como **fenomenológica**, isto é, aquela em que a definição de lugar considera a incorporação das subjetividades que os indivíduos imprimem em suas relações intersubjetivas significativas. Para esse tipo de abordagem, é necessário partir de uma distinção conceitual entre espaço e lugar, sendo aquele uma localização física indistinta, porém, na medida em que os indivíduos constroem valores, sentidos e

significados às relações que ocorrem com ele e nele, pode vir a se tornar um lugar (HOLZER, 1999; TUAN, 2013):

[o] significado de espaço é mais abstrato do que [o de] lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor [...]. [A]s ideias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço e vice-versa. Além disso, só pensamos o espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar (TUAN, 2013, p. 01).

Nessa perspectiva, o lugar significa muito mais que uma localização física qualquer. Embora possa ser identificado com um espaço, ele é um centro de significados subjetivos, uma entidade especial cuja história e significado são construídos coletivamente pelas experiências intersubjetivas (TUAN, 2013). O lugar, portanto, pode começar como um espaço, mas adquire significado simbólico a partir dos valores que são construídos por meio das sucessivas relações que se desdobram nele e sobre ele, transformando-o, modificando-o e dando-lhe uma personalidade coletiva (HOLZER, 1999; TUAN, 2013). Conforme ressaltam Holzer (1999) e Tuan (2013), para que um espaço indistinto adquira o sentido de lugar, é fundamental que os indivíduos construam relações temporais estáveis com ele. É somente a partir do conhecimento profundo e da construção de significados, sentidos e valores que o indivíduo estabelece uma relação de familiaridade com o lugar, exprimindo relações e contatos profundos e emocionais com ele, tornando-o insubstituível em sua própria história individual.

Por fim, devemos sublinhar que há também uma noção de hierarquia de lugares. Segundo Tuan (2013), os indivíduos podem construir várias relações com os lugares, assim, reconhecem-nos e valorizam-nos dentro de uma escala de importância decorrente da carga emocional desenvolvida com eles.

Os processos de construção, significação e valoração das identidades e dos lugares ocorrem de maneira semelhante e, em certa medida, complementam-se. Distintos campos interdisciplinares abordam o tema da ligação entre identidades e lugar (DUARTE; LIMA, 2005; MOREIRA; HESPANHOL, 2007), focando, inclusive, questões migratórias (CASTELLS, 1999; HAESBAERT, 1999; CAVALCANTI, 1999; CUNHA *et. al.*, 2007; DANTAS *et. al.*, 2010). Vejamos.

Algumas referências teóricas a respeito do intercâmbio entre identidade e lugar, entre outros assuntos, focam a ligação da primeira com as transformações do ambiente em consequência de diferentes processos de globalização – local, regional, nacional ou internacional. Com efeito, muitas abordagens se baseiam na identificação com o lugar a partir de discussões sobre como ele satisfaz as necessidades coletivas e individuais ou como determinadas especificidades diferenciam-no de outros lugares no contexto de globalização (FRIED, 1982; 2000; KORPELA, 1989; GUSTAFSON, 2001).

Outros estudos (MARANDOLLA JR.; DAL GALLO, 2009) tratam do fenômeno da identidade a partir dos deslocamentos de populações, ou seja, das migrações, que, no nosso caso particular, são movidas pela necessidade de trabalho e tendem a enfrentar a problemática da adaptação ao novo local. O processo de adap-

tação depende, em certo sentido, da relação do migrante com o local de destino. Várias estratégias são lançadas para que o migrante compense o sentimento de desligamento e desenraizamento a que é exposto, ou seja, estratégias que preencham a ausência de participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e pressentimentos do futuro (WEIL, 1979). Esse sentimento de perda acontece quando o indivíduo deixa o convívio de elementos caros à sua existência humana, impactando sua identidade territorial e sua segurança existencial (WEIL, 1979). Esse lugar que lhe é importante é o lugar de viver, o lugar de morrer, o lugar onde seus mortos são enterrados, o lugar onde sua própria experiência comunitária é definida, oferecendo-lhe, pois, o sentimento de pertencer a algo.

McMillan e Chavis (*apud* GARCÍA; GIULIANI; WIESENFELD, 2002) destacam quatro categorias definidoras do sentimento de vivência no lugar, as quais dão ênfase ao sentimento de pertencimento. A primeira diz respeito ao **sentimento de pertencimento** que alguém sente no lugar onde está inserido. Esse sentimento é caracterizado pela segurança emocional – a construção de um vínculo afetivo com o lugar quando se está seguro. Relaciona-se também com a identificação com o compartilhar com outros a mesma realidade social e cultural do lugar. A segunda categoria é denominada em razão da **influência**, ou seja, é determinada pela capacidade que um morador tem de influenciar a vida comunitária e ser influenciado por ela. A terceira categoria refere-se à **satisfação cooperativa das necessidades pessoais e coletivas** dos moradores de uma localidade, preocupando-se, ao mesmo tempo, com a integração e a satisfação de necessidades. A última categoria é a **conexão emocional compartilhada**: nela, o que importa é a experiência compartilhada de símbolos com significado especial para os indivíduos de um lugar.

Várias outras categorias complementares podem ser ainda adicionadas, **como rede de relações de apoio mútuo, participação na comunidade para resolver dificuldades em comum**, entre outras. Com base nessas categorias, o imigrante, por exemplo, para equilibrar suas condições de pertencimento a um novo lugar, passa a mobilizar táticas que possam vir a recuperar seu bem-estar e o sentimento de pertencimento, empenhando-se em “construir novos lugares” ou mantendo os vínculos com suas origens. No primeiro caso, ele pode construir lugares próprios que remeta a uma rede social de seu lugar de origem.

Não podemos deixar de salientar o diálogo do estudo da identidade social do migrante e do não migrante com a geografia e com questões urbanas, uma vez que a migração é, em si, um fenômeno geográfico que possui implicações territoriais e existenciais. Migrar envolve processos de desterritorialização e reterritorialização que não são necessariamente sucessivos nem ordenados. Nesse aspecto, Marandola Jr. e Dal Gallo (2009) tomam uma posição diferente da de Haesbaert (2007). Enquanto o segundo se concentra na compreensão das implicações da migração para os grupos e coletividades, os primeiros enfocam a existência, pensando os grupos e o coletivo a partir dela. Eles demonstram que, em termos ontológicos, há um abalo na segurança existencial e na identidade territorial que precisa ser compreendido como elementos centrais do processo migratório. Essa posição é interessante para o debate levado a cabo neste artigo, porque vincula algumas das categorias discutidas acima, como o impacto na **identidade territorial** e na **segurança existencial** dos indivíduos – aspectos que são analisados aqui a partir das variáveis que utilizamos em nossa pesquisa.

METODOLOGIA DA PESQUISA E ANÁLISE DAS VARIÁVEIS DA CONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA COM O LUGAR

Majoritariamente, pesquisas sobre identidade e lugar são elaboradas segundo orientações metodológicas de natureza qualitativa, dado que a construção e a atribuição de valores e significados que resultam nas configurações identitárias e de lugar se baseiam em processos de ordem intersubjetiva. Todavia, em consonância com aquilo que fundamentou este artigo, expomos alguns dos resultados obtidos a partir de uma metodologia quantitativa.

A chamada “querela dos métodos”, isto é, as disputas entre, de um lado, a abordagem metodológica quantitativa, oriunda da perspectiva naturalista das ciências humanas e incorporada de maneira acrítica pelos positivistas, e, de outro, a abordagem qualitativa, advinda da perspectiva humanista/culturalista, para a qual as ciências humanas necessitam de uma metodologia própria para a construção de seu conhecimento, ocupou parte significativa das discussões científicas, favorecendo o desenvolvimento de diferentes abordagens metodológicas, com o triunfo do paradigma humanista (GIDDENS, 1979; HABERMAS, 2008; GADAMER, 2011). Concordarmos com a perspectiva humanista, sobretudo com seus pressupostos ontológico e epistemológico, de acordo com os quais o objeto das ciências humanas é histórica e socialmente construído e eminentemente discursivo, necessitando, por isso, ser compreendido por meio das intersubjetividades e reflexividades dos sujeitos (GIDDENS, 1979; HABERMAS, 2008; GADAMER, 2011). Não obstante, salientamos que, em muitos casos, o exercício de compreensão das interpretações intersubjetivas e discursivas pode apoiar-se em métodos quantitativos. E isso se deve não à suposta capacidade das estratégias quantitativas de captar regularidades e construir generalizações sobre os fenômenos sociais (GIDDENS, 1979). A utilização de método quantitativo em ciências humanas se justifica pelo fato de poder constituir-se numa estratégia para captar discursos e posicionamentos dos sujeitos por meio de operações sintéticas, como os questionários em que os sujeitos disponibilizam fragmentos reflexivos de suas percepções e opiniões a respeito de algo. Nas fases analíticas, esses fragmentos devem ser reunidos, recompostos e examinados segundo as coerências e incoerências expressas ao longo das múltiplas respostas captadas. Cumpre afirmar, ainda, que pesquisas quantitativas em ciências humanas já abandonaram, em sua maioria, os delírios positivistas de objetividade, regularidade e generalidade e já se inseriram na perspectiva humanista das ciências, ao buscar oferecer caminhos para a aproximação, construção e análise de discursos intersubjetivos construídos por sujeitos reflexivos. Assim, embora a perspectiva “hegemônica” de estudos de identidade e lugar apoie-se na perspectiva qualitativa, intentamos seguir uma espécie de “perspectiva contra hegemônica” que se ancora no pressuposto humanista de que a ciência não é dogmática: é, sim, uma experiência aberta de contrários, cujos caminhos podem se revelar proveitosos ou redundar em absolutos fracassos.

Neste artigo, utilizamos dados provenientes da pesquisa coordenada por Cavalcanti, Souza e Oliveira (2015), com uma base amostral não probabilística² de 786 residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. A partir dessa amostra, realizamos dois tipos de análise: 1) análises descritivas das variáveis que dizem respeito à identidade com o lugar; e 2) análises de índices compostos, usadas para compor o *índice de identidade*³.

2 Amostras não probabilísticas são subconjuntos de populações que não apresentam uma segurança estatística capaz de possibilitar a afirmação de que os resultados são representativos dos universos populacionais estudados (LEVIN, 1987).

3 Os índices compostos constituem agregados de variáveis que, por meio do método do Coeficiente de Alfa de Cronbach, agrupam variáveis que conferem robustez e confiabilidade ao índice estatístico que se deseja criar. Por meio do Coeficiente de Alfa de Cronbach, é possível analisar a força e a direção das correlações existentes entre variáveis que compõem um índice estatístico, bem como estimar em que medida as variáveis utilizadas em um questionário conseguem de fato inferir aquilo que se propõe no contexto estudado (LEVIN, 1987; MARTINS, 2006).

A amostra da pesquisa foi construída tendo como fundamento a seleção de domicílios particulares permanentes ocupados que se localizassem nas áreas urbanas de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. No primeiro município, foram incluídas as áreas relativas ao centro municipal e aos distritos de Santo Agostinho e Ponte dos Carvalhos. No segundo, foram incluídas as áreas relativas ao centro e aos distritos de Camela e Nossa Senhora do Ó. Para a composição da amostra, partindo-se de informações do Censo Demográfico Brasileiro de 2010 sobre a localização de migrantes nos setores censitários dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, foi realizada uma sondagem por meio da qual foram identificados e mapeados aproximadamente 5.000 domicílios particulares permanentes ocupados por, pelo menos, um migrante. A decisão de selecionar domicílios em razão da existência de pelo menos um residente migrante deveu-se ao objetivo de procurar efetuar comparações entre migrantes e não migrantes. A partir do resultado da sondagem, foram aplicados questionários em 805 domicílios, respeitando-se critérios de aleatoriedade na escolha deles. Ao fim do processo, foram considerados como válidos 786 questionários (CAVALCANTI; SOUZA; OLIVEIRA, 2015).

Voltando aos tipos de análise mencionados acima, sublinhamos que as análises descritivas são operações estatísticas que possibilitam construir uma caracterização dos indivíduos selecionados na amostra; munidos dessa caracterização, é possível apresentar os resultados e conectá-los com orientações teóricas específicas. Por sua vez, com o *índice de identidade*, há como produzir uma escala para avaliar em que medida os indivíduos possuem sentimentos de pertencimento aos lugares em que vivem, o que, mais uma vez, permite realizar conexões teóricas capazes de demonstrar as razões que orientam esse tipo de pertencimento.

Para o exame específico da identidade com o lugar, escolhemos as seguintes variáveis⁴: deseja sair do município; trabalha no município; lugar onde vota e lugar onde enterra os mortos. O propósito dessas questões é identificar em que medida os participantes da pesquisa vivenciam os municípios em que vivem, tentando captar o sentido de lugar, isto é, a atração ou repulsa e a familiaridade ou estranhamento que as pessoas apresentam com essas cidades (WEIL, 1979; HOLZER, 1999; MARANDOLLA JR.; DAL GALLO, 2009; TUAN, 2013).

O desejo de sair ou de permanecer no município pode refletir as (in)satisfações das pessoas para com a cidade, as quais impactam seus desejos de permanência ou de saída para outro lugar. Já o fato de trabalhar na mesma cidade onde reside pode representar o estreitamento dos laços: a cidade se constitui, ao mesmo tempo, em lugar de moradia e em fonte de provisão das necessidades laborais dos indivíduos, condensando suas relações mais frequentes e íntimas – fatores que contribuem para a construção do sentimento de pertencimento ao lugar em que vive. Votar ou não votar na cidade de residência exprime o desejo do indivíduo de participar coletivamente das decisões sobre a cidade. Por fim, enterrar os mortos pode ser um meio de verificar em qual lugar o indivíduo mantém suas relações mais profundas. Quase sempre, é no lugar onde anseia enterrar seus mortos que ele tem ou busca fincar suas raízes.

Obviamente, como alerta Tuan (2013), estamos atentos ao fato de que a construção da cidade como lugar depende do tempo de vivência e dos laços emocionais que os indivíduos estabelecem com ela. Essa é justamente uma das dimensões que queremos captar, ou seja, interessamo-nos em saber quais fatores e como eles contribuem para o estreitamento dos laços de pertencimento que os indivíduos desenvolvem para com a cidade.

4 As variáveis foram escolhidas por meio de observações de campo oriundas de pesquisas qualitativas, tendo sido aperfeiçoadas, posteriormente, em um Seminário Teórico-Metodológico Multidisciplinar. Todo esse processo ocorreu no âmbito da pesquisa coordenada por Cavalcanti, Souza e Oliveira (2015) já citada.

As variáveis socioeconômicas e demográficas, isto é, aquelas que, teoricamente, podem influenciar o desempenho das variáveis relativas à identidade, foram determinadas conforme o município de residência (Cabo de Santo Agostinho ou Ipojuca), o sexo (masculino ou feminino), as faixas etárias (jovem, adulto ou idoso), a condição de migração (migrante ou não migrante), o tempo de migração e a relação com a pessoa responsável pelo domicílio.

Para a composição da variável “faixas etária”, foram utilizados os parâmetros propostos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e adotados em instrumentos oficiais brasileiros, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Nacional de Juventude e o Estatuto do Idoso, os quais consideram como jovens as pessoas que têm entre 18 e 29 anos de idade, como adultas, aquelas que têm entre 30 e 59 anos de idade, e como idosas, as que têm 60 anos de idade ou mais. Na variável “condição de migração”, foi usada como parâmetro a variável sobre o município de nascimento presente no Censo Demográfico Brasileiro de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como não migrante, foi considerada a pessoa que nasceu e sempre morou no seu atual município de residência, ao passo que foi compreendida como migrante toda pessoa que não nasceu no seu atual município de residência ou que, apesar de ter nascido nele, já morou em algum outro município. Por fim, a variável “tempo de residência no município”, cujo parâmetro também foi o Censo Demográfico Brasileiro de 2010, foi empregada como uma variável complementar para uma melhor investigação do fenômeno da migração. Optamos por considerar como recente o migrante que reside há, no máximo, três anos no município de residência atual; antigo, o migrante que reside entre quatro e nove anos no município de residência atual; e estabelecido, aquele migrante que reside há pelo menos 10 anos no município de residência atual.

No procedimento de atribuição de pesos, às respostas que evidenciavam o sentimento de pertencimento ao lugar em que se vive – no caso em análise, o município –, foi-se atribuído o valor 10 (dez). Já as respostas que evidenciavam o sentimento de não pertencimento ao lugar receberam o valor 0 (zero). O processo de atribuição de pesos eleva o nível de mensuração das variáveis, passando do nível nominal para o nível intervalar. Essa operação é indispensável na composição de índices estatísticos.

Após a atribuição dos pesos, realizamos o teste Alfa de Cronbach. A utilização simultânea das quatro variáveis pertinentes à temática da identidade (deseja sair do município, trabalha no município, lugar onde vota e lugar onde enterra os mortos) resultou em um índice composto, para o qual o teste Alfa de Cronbach obteve o valor de 0,570 (em uma escala de 0 a 1) – valor considerado moderado pela literatura especializada em procedimentos estatísticos desse tipo (LEVIN, 1987). Diante desse resultado, a decisão foi averiguar se todas as variáveis estavam contribuindo para a robustez do índice ou, ao contrário, se alguma delas estava diminuindo sua confiabilidade. As análises indicaram que a variável “lugar onde trabalha” afetava negativamente a composição do índice. A retirada dessa variável aumentou o valor do teste Alfa de Cronbach para 0,680, demonstrando que, apesar de sua importância teórica, tal variável não podia ser incluída na composição do índice de identidade.

Em consonância com seu processo de composição, o índice de identidade passou a ser calculado por meio da soma dos valores de cada uma das variáveis e, por conseguinte, da divisão do resultado por três. Para facilitar a interpretação dos números obtidos no cálculo e na análise do índice de identidade, optamos por

agrupar os valores numéricos do índice de identidade dos participantes da amostra em faixas compreendidas entre 0 (zero) e 10 (dez). Consideramos como de baixa identidade os indivíduos cujo índice não alcançou um valor superior a 4,00. Foram elencados como de média identidade os valores do índice compreendidos entre 4,01 e 6,99. Por fim, a faixa mais elevada do índice de identidade abarcou os valores registrados entre 7,00 e 10,00.

ANÁLISES DESCRITIVAS SOBRE A IDENTIDADE COM O LUGAR

Com base na amostra de 786 residentes nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, 61,2% de pessoas destacaram o desejo de permanecer no município em que vivem; já 38,8% dos entrevistados demonstraram vontade de deixá-lo. Esses números revelam que a maioria dos residentes deseja permanecer no município em que vive, o que indica que as pessoas, por certas razões, se identificam de algum modo com o lugar onde habitam. De todo modo, cumpre-nos investigar as possíveis razões dos diferentes resultados.

Não há dúvida de que a identidade com o lugar não se esgota no simples desejo de permanecer ou sair do lugar em que vive; apesar disso, o fato de a maioria dos residentes de um lugar manifestar o desejo de aí permanecer pode ser um indício de que tal lugar desperta um sentimento de pertencimento, satisfaz certas necessidades pessoais e coletivas e/ou ativa alguma conexão emocional com o indivíduo (WEIL, 1979; HOLZER, 1999; MARANDOLA JR.; DAL GALLO, 2009; TUAN, 2013).

Ao separarmos as respostas dos entrevistados sobre o desejo de mudar-se para outro lugar de acordo com o município de residência, observamos uma discreta diferença entre a proporção de pessoas que desejam sair do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Em Cabo de Santo Agostinho, pouco mais da metade dos entrevistados (56,6%) declarou não ter desejo de sair do município, contra os 43,4% que desejam sair. Há, pelo que se vê, quase uma equivalência de respostas no município do Cabo de Santo Agostinho. Já em Ipojuca essa distância é maior: 65,4% das pessoas afirmaram o desejo de permanecer no lugar, enquanto 34,6% declararam o desejo de sair. Ipojuca, portanto, sobressai com 2/3 dos entrevistados declarando o desejo de ficar no município.

O dado sobre a proporção de pessoas que desejam ficar no município de residência pode indicar alguma força de atração que o lugar exerce nos respondentes e também aponta alguma relação forte com a identidade que as pessoas têm com ele. Nesse sentido, o lugar pode representar uma qualidade que diz respeito à **satisfação das necessidades pessoais e coletivas** do grupo pesquisado, isto é, oferece as condições materiais ou as redes sociais que favorecem ao atendimento das necessidades da população.

Contudo, a proporção de pessoas que desejam sair do lugar ainda é relativamente alta, o que nos leva a ter cautela quanto à afirmação de que o lugar possui requisitos para fixar as pessoas. Como observamos, pouco mais de 1/3 da população entrevistada declarou ter vontade de sair para outro lugar, e isso pode ser um indicador de frustração com o lugar onde moram.

Os resultados relativos ao desejo de sair ou permanecer no município segundo o sexo dos residentes revelam certa homogeneidade de distribuição, com o número

de homens (42%) apresentando uma leve preponderância em comparação ao de mulheres (39%).

Com relação ao desejo de mudar-se para outro município segundo as faixas etárias, os números revelam que os jovens representam a maior proporção dos que desejam mudar do município em que vivem (51,5%), seguidos pelos adultos (40,2%) e idosos (20%). Esses percentuais não chegam a causar surpresa, visto que, de maneira geral, os jovens tendem a aspirar novas experiências, muitas das quais se relacionam ao próprio desejo de mudar de estado ou país em busca de novas e melhores oportunidades de estudo e trabalho – itens que se ligam fortemente ao desejo de alcançar independência física e emocional e também liberdade. Em contrapartida, os idosos tendem a apresentar uma maior resistência a sair do lugar onde moram.

Ao analisarmos os dados relativos ao desejo de sair ou permanecer no lugar em razão da condição de ser migrante ou não migrante, constatamos que 72,5% dos que nasceram nesses municípios, isto é, os não migrantes, declararam o desejo de sair; apenas 27% desse grupo afirmou o desejo de permanecer no lugar onde residia. No caso dos migrantes, 58,3% destacaram a intenção de sair; 41,7% dos entrevistados expressaram a intenção de ficar no lugar escolhido da migração. Sem dúvida, são diversas as razões que fazem com que as pessoas estejam satisfeitas ou insatisfeitas com o lugar onde vivem, o que influencia seu desejo de permanecer ou de sair.

A informação de que os migrantes apresentam a maior proporção dos que desejam permanecer no lugar em que vivem pode ser um indicativo da **saturação da disposição do migrante em migrar novamente**. Isso significa que os migrantes, sobretudo aqueles que migram por razões econômicas, isto é, que estão em busca de oportunidades de trabalho, em certo momento da vida, sentem a necessidade de interromper sua dinâmica migratória e estabelecer-se, em definitivo, em um determinado lugar. Nesse caso, fatores como família e rede de suporte emocional – ambas construídas no lugar – tendem a ser decisivas na escolha de permanecer (BECKER, 2006).

Algumas hipóteses podem ser aventadas para o fato de haver uma menor proporção de migrantes entre os que desejam mudar de município. Em primeiro lugar, a própria operacionalização da variável **condição de migração** (não migrante/migrante), ao contabilizar como imigrante todos aqueles indivíduos que não nasceram no município de residência atual, pode inflacionar os resultados. Sobre isso, os dados da pesquisa revelam que 37,7% dos migrantes nasceram em municípios circunvizinhos aos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Além da proximidade geográfica, é importante destacar que, há poucos anos, com exceção de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes, nos demais municípios circunvizinhos não havia maternidades, o que fazia com que os filhos dos residentes dessas áreas nascessem em localidades vizinhas. Com isso, alguns dos residentes foram classificados como migrantes devido ao fato de ter nascido fora dos municípios atuais, quando, na realidade, parte dessas pessoas residiu durante toda a sua vida na cidade em que se encontrava no momento da pesquisa.

É importante sublinhar que o modelo utilizado para construir a variável “condição de migração” provém da variável “município de nascimento”, tal como proposto e utilizado pelo IBGE. Problemas operacionais e analíticos desse tipo, isto é, considerar como migrantes inclusive pessoas que nasceram em outros municí-

pios, mas que passaram a maior parte de suas vidas em outro(s) município(s), devem ser contornados por meio do emprego de variáveis complementares, a exemplo da variável “tempo de residência no município”, e por análises de natureza qualitativa. Com a variável “tempo de residência no município”, que também é empregada neste estudo, é possível relativizar a condição da migração: não obstante tenha nascido em outra localidade, as relações do indivíduo com o lugar o tornam “estabelecido” em função do tempo que ele vive no município.

Com relação ao “tempo de residência no município”, 72,5% das pessoas consideradas migrantes possuem mais de 7 anos de residência em Cabo de Santo Agostinho e 71%, em Ipojuca. Os que possuem de 3 anos até 7 anos de residência apresentam um percentual de 12,9 % em Cabo de Santo Agostinho e 15,4% em Ipojuca, e, para aqueles que têm até 3 anos de residência, o percentual é de 14,7% para o Cabo de Santo Agostinho e 13,6% para Ipojuca.

Os números da pesquisa revelam que a maioria dos migrantes possui um longo tempo de residência nos municípios pesquisados; isso nos induz a pensar que a condição de migrante mais antigo pode levar esse grupo a ter uma relação emocional mais forte com o município do que o migrante mais recente (TUAN, 2013). Ao estar exposto às adversidades em um lugar estranho, o migrante mais antigo passa por um processo de resiliência, no qual são mobilizadas as condições para se ter algo em que acreditar e lutar. O tempo também ajuda a formar redes de apoio para a segurança existencial e afetiva, por meio da criação de um lugar próprio para viver. Fundamentados em entrevistas profundas, podemos dizer que alguns migrantes sofreram bastante para que se transformassem em seres híbridos: absorveram a cultura do lugar e para lá levaram também a sua cultura.

Por sua vez, as pessoas que nasceram nos dois municípios e que desejam sair deles se sentem submetidas a uma espécie de expulsão com a chegada dos novos moradores. Todas as mudanças registradas, particularmente em Cabo de Santo Agostinho, têm trazido situações de grande incômodo para os moradores mais antigos. Em entrevista, os habitantes que se sentem mais fortemente ligados à tradição local lamentam que o ambiente se tornou mais precário em termos de descaracterização cultural com a presença de “estranhos”. Houve também queixas sobre uma maior incerteza no acesso aos serviços públicos, à segurança e à mobilidade.

Outra variável escolhida no estudo da identidade com o lugar foi o “local de trabalho”. O trabalho é um dos principais fatores que impulsionam a mobilidade das pessoas, dado que ele é a regra número um para que o indivíduo alcance a cidadania (SAYAD, 1998). Por meio do trabalho, pode-se captar a identidade social das pessoas com o lugar ou que a ele está associada, especialmente se for realizado nas imediações das áreas onde os sujeitos vivem.

Quando perguntamos “Você trabalha no município ou fora do município?”, desejamos verificar quão próximas as pessoas estão posicionadas em relação a suas redes de relacionamento, de contato com a vizinhança. Com esse exame, é possível observar como se dá o compartilhamento de objetivos e procedimentos, bem como quais as oportunidades e interações importantes que o indivíduo mantém com os diversos grupos e instâncias locais, por meio dos quais os vínculos horizontais e de interdependência e complementaridade são fortalecidos. No nosso caso, queremos saber, igualmente, como os municípios analisados oferecem oportunidades internas de emprego para a população residente.

Observamos que 85,4% dos entrevistados declararam estar empregados dentro do próprio município – apenas 14,6% deles se encontravam trabalhando fora da localidade de moradia. Porém, ao desagregarmos o dado, considerando cada um dos municípios, percebemos que, em Ipojuca, 93,7% dos trabalhadores exercem suas atividades dentro do município. No Cabo de Santo Agostinho, essa proporção é um pouco menor: 75,9% das pessoas que trabalham disseram estar empregadas dentro do município e 24,1%, fora do município.

Os dados relativos à proporção de pessoas que trabalham dentro ou fora do município segundo o município de residência remetem a uma análise mais detida da variável “lugar onde trabalha”. Aparentemente, os dados indicam que as pessoas estão próximas de suas redes de relacionamento, de contato com a vizinhança, a partir das quais elas obtêm informações que auxiliam na melhoria da qualidade profissional e de vida, principalmente no caso de Ipojuca. A variável “lugar onde trabalha” pode ser considerada como dado explicativo para o fato de alguém desejar ficar ou sair do município. O fator trabalho torna-se uma forte variável de influência nos processos de configuração identitária com o lugar.

Ao estendermos a análise ao número total de entrevistados, das 786 pessoas selecionadas, 418 disseram que estavam empregadas dentro ou fora do município, e 368 não declararam estar empregadas, pois, possivelmente, exerciam atividades não remuneradas. O número de pessoas que não estavam trabalhando pode estar relacionado à desvantagem de inserção no trabalho daqueles que moram no município em relação **aos de fora**. Essa diferença pode ser observada, por exemplo, no mecanismo de agenciamento de empregos de algumas empresas, as quais trazem verdadeiras hordas de trabalhadores para assumir atividades na região, particularmente na construção civil e em especialidades não encontradas nos municípios do Território Estratégico de Suape (TES). Muitos trabalhadores de fora já chegavam ligados a uma rede de trabalho e traziam consigo uma experiência profissional de maior qualificação, mesmo quando exerciam atividades mais simples, o que os diferenciava em termos de melhor capital social em relação aos moradores locais.

A esse respeito, devemos chamar a atenção para a falta de qualificação da mão de obra local nos municípios do TES. Conquanto importantes, os cursos de educação profissional e tecnológica empreendidos pelos governos federal e estadual pelo Sistema “S” – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem e Comercial (Senac) – e outros cursos específicos de treinamento para as atividades do CIPS, a fim de que os trabalhadores alcancem resultados mais eficientes como mão de obra local, deveriam, antes, superar o gargalo da falta de qualificação básica. Sem essa condição, é difícil que a mão de obra tenha condições de acompanhar os ditos cursos e dê continuidade a uma formação profissional que gere frutos no futuro.

Além da questão do trabalho, outro elemento de grande influência para que as pessoas se fixem **no lugar ou escolham o lugar para viver** é o fato de esse lugar fazer sentido à história delas (CUBA; HUMMON, 1993; TUAN, 2013). As considerações de Cuba e Hummon (1993) acerca de um lugar que pode ser chamado de lar, elaboradas a partir da reflexão do “aonde é que eu pertenço?” ou “de onde eu sou?”, levam-nos a pensar sobre quais tipos de experiências ou vivências devem ser examinadas para que possamos dizer que o indivíduo ou o grupo pertence a um lugar. Em alguma medida, as variáveis “onde você enterra os mortos” e “onde você vota” indicam as raízes que os

indivíduos mantêm com o lugar. Elas traduzem suas experiências com o lugar e os significados especiais que lhe são atribuídos por meio do ciclo de vida: nascer, viver, morrer.

Os dados obtidos na pesquisa confirmam a relação de proximidade dos indivíduos entrevistados com o lugar onde moram. Para as respostas sobre a variável “onde enterram seus mortos”, notamos que 73,6% dos entrevistados enterram-nos no próprio município onde residem e 26,4%, fora do município.

Quando separamos os dados dos dois municípios, observamos que há apenas uma diferença tênue entre eles no quesito enterramento dos seus mortos dentro ou fora da localidade de residência: 71,9%, para Cabo de Santo Agostinho; 74,9%, para Ipojuca. Esse dado revela que, em ambos os casos, os moradores conseguem encontrar um espaço para enterrar seus mortos, sendo tal ritual de insigne humanidade uma referência à ligação aos entes queridos e à terra. Quantos migrantes se afligem com o desejo de que seus corpos sejam sepultados em sua terra de nascimento? “Nascer e morrer na terra em que enterrei o meu umbigo!”⁵ Muitos migrantes não conseguem atingir esse intento até o final da vida, por isso, seus familiares ou amigos trazem, de forma emblemática, um pouco da terra natal como símbolo do vínculo espiritual e emocional do morto com seu chão de nascimento.

Na esteira da discussão sobre as variáveis que dialogariam de forma próxima à identidade das pessoas com o lugar, optamos por selecionar a questão de qual o “lugar onde o indivíduo vota”. Essa variável compreende o ato cívico que as pessoas exercem na escolha dos representantes políticos de sua comunidade, de sua cidade. Constatamos que a maior parte da população dos dois municípios vota no próprio município onde reside. Tal percentual é de 84,3% e inclui os migrantes e os não migrantes que votam no município. Os 15,7% da população que vota fora do município significa uma parcela menor, que pode estar composta de moradores mais recentes nos dois municípios.

Ao analisarmos esses dados, notamos que tanto o município do Cabo de Santo Agostinho como o de Ipojuca apresentam resultados quase equivalentes quanto à proporção de pessoas segundo o lugar onde votam e segundo o município de residência. O fato de a população desses dois municípios, em sua maioria, escolher por meio do voto os seus representantes políticos no município onde reside, quando há consulta popular para isso, reforça o nosso pensamento de que existe um forte elo dos indivíduos com o lugar – se o resultado obtido for comparado com o das pessoas que votam fora do município.

ANÁLISES DO ÍNDICE DE IDENTIDADE E FATORES ASSOCIADOS À CONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE COM O LUGAR

Com o intuito de avançar nas investigações a respeito da identidade com o lugar, examinamos, de forma conjunta, o índice de identidade para os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca⁶, segundo as variáveis “município de residência”, “sexo”, “faixa etária”, “condição de migração” e “tempo de migração”. Nosso objetivo é identificar, entre esses fatores, quais deles e em que medida eles podem estar relacionados ao índice de identidade com o lugar. Os resultados estão agrupados na Tabela 1.

De partida, destacamos que os residentes em Ipojuca tendem a apresentar níveis

5 Expressão dita por uma moradora do Povoado de São Severino “Dos Macacos”, Gravatá, PE, a propósito de sua alegria de poder ser “comida” pela própria terra que lhe deu de “comê” (CAVALCANTI, 1999).

6 Ao longo da pesquisa, foram construídas análises relativas ao índice de identidade para cada um dos municípios. Os dados obtidos revelaram que não havia diferenças significativas entre os dois municípios nas relações entre as “faixas etárias”, a “condição de migração” e o “tempo de residência no município”. Esses dados indicam, portanto, que não é o município de residência que está relacionado com o índice de identidade, mas sim as variáveis relativas à idade e às características migratórias (condição de migração e tempo de residência no município). Por essas razões, ambos os municípios foram tratados aqui de forma conjunta, sem que isso causasse qualquer prejuízo às análises.

mais altos de identidade com o lugar onde vivem do que aqueles do Cabo de Santo Agostinho, embora haja certa homogeneidade na proporção dos sujeitos com baixa identificação. Ainda que de forma inconclusa, sublinhamos que o diferencial captado no índice de identidade entre os dois municípios precisa ser melhor examinado, pois ele indica que os residentes em Ipojuca, por razões que devem ser investigadas, constroem sentimentos de pertencimento de lugar em maior proporção do que as pessoas do Cabo de Santo Agostinho. Cabe-nos averiguar, portanto, quais fatores podem influenciar esse diferencial de identificação com o lugar.

Analisando o índice de identidade segundo o “sexo”, os dados revelam uma distribuição bastante homogênea das faixas (baixa, média e alta) entre os dois grupos, com as mulheres tendendo a apresentar maior identidade com o lugar em que vivem do que os homens. Não podemos estabelecer, como conclusão, que o sexo influencia o índice de identidade com o lugar, embora seja visível que as redes familiares e de amizade das mulheres são mais perenes que as redes estabelecidas pelos homens. Nas pesquisas qualitativas coordenadas por Cavalcanti, Souza e Oliveira (2015) nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, foi verificado que muitas das mulheres entrevistadas eram donas de casa e não trabalhavam em outros locais. Questionadas sobre suas redes familiares e de amizade, especialmente as migrantes, verbalizaram a importância de manter relações familiares e de amizade como forma, inclusive, de amenizar a saudade dos lugares de origem.

Quando o foco são as “faixas etárias”, os resultados da pesquisa indicam existir relação diretamente proporcional entre elas e o índice de identidade: quanto maior o intervalo etário, maior tende a ser o sentimento de pertencimento com o lugar em que vive. Isso significa que, entre os jovens, há uma menor concentração nas faixas mais elevadas do índice de identidade e maior concentração nas faixas mais baixas. Em contrapartida, os idosos possuem uma maior concentração na faixa mais elevada do índice e uma participação bastante ínfima em sua faixa mais baixa. Diante disso, podemos afirmar que os jovens, seguidos pelos adultos, tendem a se identificar menos com os lugares em que vivem, exprimindo o desejo de sair do lugar, ao passo que os idosos constroem laços mais fortes com os lugares em que vivem. Esse resultado empírico corrobora os embasamentos teóricos que salientam que a construção da identidade com o lugar depende fundamentalmente da quantidade de tempo e da qualidade de relações com ele mantida. Como demarca Tuan (2013), é possível que esse último grupo de indivíduos tenha construído profundas relações emocionais para tornar a cidade familiar, isto é, um lugar insubstituível.

Por sua vez, os resultados encontrados a respeito da “condição de migração” indicam que os indivíduos nascidos nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, portanto, os não migrantes, apresentam escores mais altos do índice de identidade do que os migrantes: mais de 70% dos não migrantes possuem um alto índice de identidade e apenas pouco mais de 3% situaram-se na faixa mais baixa do índice. Contrariamente, entre os migrantes, menos da metade apresentou altos índices de identidade, ao passo que pouco mais de 1/4 dessa população localizou-se no índice de baixa identidade. Os resultados indicam, pois, que os não migrantes tendem a se identificar mais com o município onde vivem. De certo modo, esses números podem ser explicados pelo fato de que as pessoas nascidas no lugar, por todos seus elementos biográficos, costumam se sentir emocionalmente vinculadas ao lugar onde nasceram e ainda vivem (TUAN, 2013).

Além disso, vale ressaltar que os resultados obtidos a partir do índice de identidade apresentam forte contraste com os resultados alcançados para a variável “deseja sair do município”, quando esta é analisada segundo a “condição de migração”. Nessa variável, os não migrantes estão em maior proporção (72,5%) que os migrantes (58,4%), o que indica, de forma preliminar, tratar-se de um grupo com menor identificação com o município. Todavia, os dados também revelam que o grupo formado pelos não migrantes registram escores do índice de identidade mais elevados que os escores dos migrantes. A explicação para essa inversão se deve, justamente, à influência das variáveis “lugar onde trabalha” e “lugar onde enterra os mortos”, as quais indicam que os não migrantes, em maior proporção, trabalham e enterram seus mortos nos municípios de residência.

De maneira geral, os resultados encontrados corroboram a argumentação de Weil (1979), Holzer (1999), Becker (2006) e Tuan (2013) de que a construção das relações intersubjetivas e dos laços emocionais a partir dos quais são constituídos os sentimentos de lugar, isto é, de pertencimento, de enraizamento, demanda um elevado tempo de gestação. Por essa razão, os não migrantes residentes no Cabo de Santo Agostinho e em Ipojuca desenvolvem laços emocionais e de identidade muito mais perenes que os migrantes, que necessitam de mais tempo para desenvolver relações afetivas e construir sentidos com o lugar.

Analisamos, ainda, a variável “tempo de residência no município”. Nesse aspecto, Cabo de Santo Agostinho concentra uma maior proporção de migrantes que Ipojuca. Acreditamos que isso influencia os diferenciais do índice de identidade captados nas duas cidades. Assim, as pessoas que residem em Ipojuca apresentam maiores escores do índice de identidade com o lugar em que vivem em função do fato de que a maior parte delas tem relações históricas e afetivas com o lugar.

Aprofundamo-nos, por último, na análise da relação entre identidade e migração com a inserção do “tempo de residência no município” entre os migrantes. Os resultados obtidos revelam, em ambos os casos, a existência de uma relação proporcional entre o tempo de residência no município e o índice de identidade: quanto maior o tempo de residência, maior é a identificação com o lugar onde vive, o que corrobora os argumentos de que é necessário um tempo para que os indivíduos desenvolvam relações emocionais capazes de transformar o espaço em lugar. Nesse sentido, mesmo para os migrantes, o tempo de relação estabelecido com o lugar aparece como um fator primordial na configuração das identidades com o lugar. A cidade, antes estranha e ameaçadora, ganha contornos de lugar à medida que as dinâmicas são captadas e reconhecidas pelos indivíduos. Com as experiências cotidianas, ela também pode adquirir a feição de lugar, isto é, tornar-se tão familiar ao indivíduo ao ponto de fazer parte de sua configuração identitária (WEIL, 1979; HOLZER, 1999; BECKER, 2006; TUAN, 2013).

Tabela 1: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – Faixas do Índice de identidade segundo as variáveis de interesse, 2015

Variáveis independentes		Faixas do Índice de identidade (%)			Total
		Baixa	Média	Alta	
Município de residência	Cabo de Santo Agostinho	23,5	32,9	43,6	100
	Ipojuca	20,5	22,0	57,5	100
Sexo	Masculino	26,3	24,3	49,4	100
	Feminino	19,2	28,7	52,1	100
Faixas etárias	Jovens	29,5	33,9	36,6	100
	Adultos	24,5	26,3	49,2	100
	Idosos	2,7	23,4	73,9	100
Condição de migração	Não migrantes	3,4	24,7	71,9	100
	Migrantes	26,6	27,2	45,6	100
Tempo de residência no Município	Recente	82,3	16,1	1,6	100
	Antigo	48,0	31,4	20,6	100
	Estabelecido	12,5	28,6	58,9	100

Fonte: Adaptado de Cavalcanti, Souza e Oliveira (2015).

CONCLUSÕES

Os elementos considerados neste estudo sobre a identidade com o lugar, sintetizados nas variáveis “deseja sair do município”, “trabalha no município”, “lugar onde vota” e “lugar onde enterra os mortos”, pretendem compreender quais fatores e a influência deles no processo de configuração identitária com o lugar nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Como exposto, a identidade com o lugar é fruto de um conjunto de relações que vão sendo segmentadas pelas sucessivas vivências e experiências do indivíduo com o lugar, ou seja, as pessoas se identificam, em graus diferentes, com vários espaços simultaneamente. O grau de identificação com cada um desses lugares é determinado por variados conteúdos intersubjetivos, resultantes da interpretação do lugar e da construção de significados e valores das experiências com esses e nesses lugares (CUBA; HUMMON, 1993; HOLZER, 1999; TUAN, 2013).

Tendo como base o caso específico dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, vimos que o processo de configuração identitária com o lugar depende de um conjunto entrelaçado de fatores demográficos e psicossociais, entre os quais ressaltamos a “faixa etária” do indivíduo (jovem, adulto ou idoso), a “condição de migração” (não migrante e migrante) e o “tempo de residência no município” (recente, antigo e estabelecido).

Os resultados alcançados apontam para os possíveis impactos que as atividades do CIPS provocam nos processos de configuração identitária com o lugar nos municípios supracitados. Como foi constatado, as variáveis relativas à migração têm uma influência significativa no processo de configuração identitária com o lugar.

Os dados analisados revelam, ainda, que os grupos que mais desejam ficar no lugar onde residem são os não migrantes e os migrantes mais antigos. Estes últimos são aqueles que estão mais estruturados no lugar: eles construíram uma base de vida por meio do trabalho e das relações afetivas; ao longo do tempo, adquiriram hábitos culturais semelhantes aos dos moradores do lugar, seja no que tange aos rituais de

enterrar os mortos no lugar onde se vive, seja em relação a outras formas de lidar com o lugar. E mais: no processo de adaptação, conquistaram a categoria de cidadãos do lugar, com autonomia para escolher os seus representantes por meio do voto. Desse modo, como afirma Sayad (1998), as pessoas vão transformando o lugar à sua imagem e, ao mesmo tempo, vão submetendo-se e adaptando-se às coisas, à cultura que a elas resistem, e, assim, constituem uma cultura mesclada, híbrida, que apresenta diferenças em vários níveis, se comparada àquela dos moradores que nasceram no lugar.

Em comum, os fatores examinados refletem o **tempo**: o tempo necessário para que os indivíduos se tornem íntimos dos lugares; o tempo necessário para que a cidade deixe de ser um espaço indiferenciado e transforme-se em objeto de atenção das pessoas, ao ponto de tornar-se a raiz delas (WEIL, 1979), a pausa de seu movimento (TUAN, 2013), ou, ainda, o lugar no qual e com o qual são estabelecidas relações intersubjetivas mais íntimas, a partir das quais ele se transforma em um lugar insubstituível (HOLZER, 1999; TUAN, 2013).

Breno Bittencourt Santos é graduado em Ciências Sociais, mestre e doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); professor no Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Serra Talhada (FACHUSST).
E-mail: brenobt@yahoo.com.br

Artigo recebido em 9 de outubro de 2016 e aprovado para publicação em 31 de maio de 2017.

REFERÊNCIAS

- BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 319-367.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
- CAVALCANTI, H. W. V. *Imaginário social e práticas de saída da pobreza: o povoado de São Severino “dos macacos”*. 1999. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- _____; SOUZA, M. A. A.; OLIVEIRA, R. V. (Coord.). *Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades*. Relatório de Pesquisa. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais/Universidade Federal de Pernambuco, Laboratório de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Políticas Públicas/Universidade Federal da Paraíba, 2015.
- CIAMPA, A. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Coord.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CUBA, L.; HUMMON, D. M. A place to call home: identification with dwelling, community, and region, *The Sociological Quarterly*, v. 34, n. 1, p. 111-131, 1993. <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.1993.tb00133.x>
- CUNHA, M. J. *et al. Migração e identidade: olhares sobre o tema*. São Paulo, Centauro, 2007.
- DANTAS, S. *et al. Identidade, Migração e suas Dimensões Psicossociais*. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 18, n. 34, p. 45-60, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/208>>. Acesso em: 5 jun. 2017.
- DESCHAMPS, J.; MOLINER, P. *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- DUARTE, A.; LIMA, M. L. Análise dos conteúdos da identidade associada ao lugar. *PSICOLOGIA: Revista da Associação Portuguesa de Psicologia*, v. 18, n. 2, 2005.
- FRIED, M. Residential Attachment: Sources o Residential and Community Satisfaction. *Journal of Social Issues*, v. 38, n. 3, p. 107-119, 1982. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1982.tb01773.x>
- _____. Continuities and Discontinuities of Place. *Journal of Environmental Psychology*, v.

- 20, n. 3, p. 193-205, 2000. <https://doi.org/10.1006/jevp.1999.0154>
- GADAMER, H. *Verdade e método II: complementos e índice*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Ed. USF, 2011.
- GARCÍA, I.; GIULIANI, F.; WIESENFELD, E. El lugar de la teoría en Psicología Social Comunitaria: comunidad y sentimiento de comunidad. In: MONTERO, M. (Org.). *Psicología Social Comunitaria: Teoría, Método y Experiencia*. México: Universidad de Guadalajara, 2002. p. 75-101.
- GIDDENS, A. *As novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- HABERMAS, J. *A lógica das ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GUSTAFSON, P. Meaning of Place: Everyday Experience and Theoretical Conceptualizations. *Journal of Environmental Psychology*, v. 21, n. 1, p. 5-16, 2001. <https://doi.org/10.1006/jevp.2000.0185>
- HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 169-190.
- _____. *O Mito da Desterritorialização*. Do "Fim dos Territórios à Multiterritorialidade". Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HIDALGO, M.; HERNANDÉZ, B. Place attachment: Conceptual and empirical questions. *Journal of Environmental Psychology*, v. 21, n. 3, p. 273-281, 2001. <https://doi.org/10.1006/jevp.2001.0221>
- HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. *Revista Território*, v. IV, n. 7, p. 67-78, jul./dez. 1999.
- KORPELA, K. Place-Identity as a Product of Environmental Self-Regulation. *Journal of Environmental Psychology*, v. 9, n. 3, p. 241-256, 1989. [https://doi.org/10.1016/s0272-4944\(89\)80038-6](https://doi.org/10.1016/s0272-4944(89)80038-6)
- LEVIN, J. *Estatística aplicada às ciências humanas*. São Paulo: Harbra, 1987.
- MARTINS, G. Sobre a confiabilidade e validade. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 8, n. 20, p. 1-12, jan./abr. 2006. Disponível em: <<https://rbgn.fecap.br/RBGN/article/view/51>>. Acesso em: 5 jun. 2017.
- MARANDOLA JR., E.; DAL GALLO, P. M. Ser Migrante: Implicações Territoriais e Existenciais da Migração. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 6., Belo Horizonte, 2009. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2009. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/Marandola_2.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2017.
- MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2012.
- MOREIRA, E.; HESPANHOL, R. O lugar como uma construção social. *Revista Formação*, v. 2, n. 14, p. 48-60, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/645>>. Acesso em: 5 jun. 2017.
- SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Ed. Edusp, 1998.
- TODOROV, T. *A Conquista da América: a Questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. *Nós e os Outros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.
- TUAN, Y-F. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: EDUEL, 2013.
- WEIL, S. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.